

Feminismo e Gênero: a experiência feminista em São Paulo

Susete Souza Carvalho

Como podemos definir o feminismo, ou melhor dizendo, as diversas teorias e práticas feministas no mundo de hoje?

Seria o movimento feminista apenas parte de uma história que ficou para trás ou na memória de suas participantes?

Esses questionamentos permeiam, de modo geral, algumas pesquisas relativas às relações de gênero, tanto nos vários grupos acadêmicos bem como nos debates das diversas organizações feministas atuais.

Para pensar os diversos feminismos e o mal estar que esta palavra e seus conceitos ainda comportam, seria interessante partir de uma recente pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo intitulada “A mulher brasileira nos espaços público e privado”.¹

Vera Soares, baseando-se nos dados obtidos nesta pesquisa, analisou a percepção que as mulheres mostram em relação ao feminismo e como apreendem a presença do machismo em nossa sociedade. Como nos mostra a autora, inversamente ao que estamos acostumados a pensar, os números surpreenderam pela não rejeição ao termo feminismo e pela taxa considerável de compreensão deste conceito entre as mulheres brasileiras.²

Em relação à percepção sobre o machismo, diz a autora:

“A pesquisa aponta informação surpreendente pela alta porcentagem de mulheres que percebem o machismo em nossa sociedade, conhecem o conceito, e também pela não recusa ao termo “feminismo”, indicando o conceito com o mesmo significado que é dado pelo movimento”³.

¹ VENTURI, G; RECAMÁNÁN, M. & OLIVEIRA, S. **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

² SOARES, Vera. O Feminismo e o Machismo na Percepção das Mulheres Brasileiras, Idem.

³ Idem, p. 167.

Poderíamos indagar então, por que, de maneira geral, a atuação das mulheres na história ainda permanece invisível para a sociedade. Por que essa atuação é submetida a constantes dúvidas por setores da academia e, ainda, o motivo de o feminismo, em suas diversas variações ser mal interpretado?

Sem dúvida, esse ocultamento da atuação das mulheres e o desmerecimento do feminismo como teoria e práticas legítimas das mulheres estão ligados à manutenção de uma ordem secular de dominação masculina, constituída historicamente e reforçada pela sociedade capitalista e patriarcal.

Para que a atuação das mulheres na história e as teorias e práticas feministas não caiam no esquecimento e na constante desqualificação, acreditamos ser necessário reavivar a memória das gerações mais novas a respeito do movimento feminista no Brasil, suas particularidades e suas configurações atuais.

A partir da década de 60 os movimentos sociais no Brasil passaram a se organizar como resultado de demandas ligadas a diversos grupos sociais dentre os quais podemos citar o movimento de mulheres. A presença das mulheres no espaço político e social brasileiro configurou-se durante o processo de construção dos movimentos sociais constituídos após a década de 60, cujas organizações foram melhor estruturadas em meados da década de 1970 e durante a década de 1980. Nesse período, diante das crises econômicas e do processo de abertura política estabelecida de forma "lenta e gradual" deu-se a rearticulação e reorganização de setores das classes médias urbanas e da classe operária. A visibilidade feminina se fortaleceu por intermédio das discussões sobre o feminismo articuladas nas diversas instâncias públicas e nos movimentos sociais em que as mulheres estiveram presentes. Dessa forma, as mulheres, divididas entre concepções distintas do fazer político, passaram a ter uma participação pública expressiva nesse período.

Na década de 70, os movimentos de mulheres tiveram um importante papel na luta contra a ditadura militar e na criação de formas específicas de organizações que lutavam por direitos sociais, justiça econômica e democratização. Esses movimentos mobilizaram-se em torno de várias demandas como as campanhas contra a inflação, por creches e pela anistia política, organizando-se em torno de novas associações, sindicatos e casas de mulheres, evidenciando assim a heterogeneidade desse movimento.⁴

Podemos dizer que o feminismo brasileiro nos anos 70 - entendido como uma face do movimento de mulheres - organizou-se a partir dos condicionamentos e da ligação de dois principais fatores: da influência do feminismo internacional bem como da resistência das mulheres à ditadura militar, constituindo-se como um movimento social com características próprias. Inicialmente chamado de "movimento de mulheres" articulava as demandas das mulheres das camadas populares à militância das mulheres das camadas médias. Ou seja, o movimento feminista se constitui por meio de articulações distintas, formando uma certa unidade, mas sem abandonar suas especificidades.⁵

O movimento feminista assumiu a tarefa de refletir uma nova maneira de fazer política. "Mais do que qualquer outro, esse movimento chamou para si a tarefa de politizar questões ligadas ao cotidiano, ao subjetivo, ao privado, às relações pessoais, tendo sido um dos principais responsáveis pela tentativa de reinventar a política nos anos de 1970".⁶

⁴ SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.) **Mulher e Política**. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. SP, Fundação Perseu Abramo, 1998. Ver também PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo**. SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

⁵ SARTI, Cyntia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu. Desdobramentos do Feminismo**, SP, UNICAMP, 16, 2001.

Segundo Christine Delphy o "termo feminismo tem no mínimo três significados ou três universos de referência possíveis. É uma filosofia ou uma série de opções morais e políticas; estas podem ser apresentadas por uma ou um indivíduo (o), ou, em certas épocas, não serem apresentadas, sem com isso deixar de existir no universo das idéias. É fundamentalmente um movimento social, ora numeroso, ora visível, ora recolhido. Enfim, para muitos, significa apenas "as mulheres". Para a autora "estas três acepções estão ligadas, e não se pode escolher uma excluindo as outras duas". Ver o artigo dessa autora. Feminismo e Recomposição da Esquerda. **Revista Estudos Feministas**. CIEC/ECO/UFRJ, vol. 02, n. 03/1994, p.188.

⁶ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia fragmentada** - As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. RJ, FGV, 2000, P.19

Em São Paulo podemos citar grupos que se destacaram através da imprensa alternativa com os jornais: Brasil Mulher criado em 1975, o Nós Mulheres criado em 1976 (tendo como diretora responsável Mariza Corrêa) e o Mulherio criado em 1981. Essa imprensa feminista se constituiu nesse período em um dos principais canais nos quais se procurou reformular e construir uma concepção específica de política ligada, sobretudo às discussões internas do movimento feminista. Esses jornais delimitaram a constituição de um feminismo inspirado principalmente, política e teoricamente, pelo feminismo francês (dada a presença nesses jornais das militantes políticas que retornaram do exílio na França) e de forma secundária pelo feminismo norte-americano.⁷

Em 1975 foi criado com sede em vários estados o Movimento Feminino pela Anistia, cuja organização possibilitou um espaço de mobilização das mulheres e a criação de várias entidades como Clubes de Mães, Associações de Donas-de-Casa, grupos femininos e feministas. Ainda nesta década verificamos uma maior politização do movimento de mulheres a partir de encontros como o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica em 1975 e o 1º Congresso da Mulher Paulista em 1979.

Dessa forma, podemos dizer que nos anos 70 se constituíram algumas tendências dentro do movimento feminista aprimoradas, sobretudo nos anos 80. Ou seja, uma primeira articulação em organizações públicas voltadas para os direitos políticos, a questões relativas ao trabalho e à democratização de poder entre os sexos. Vertente que se utilizou, a partir dos anos 80, das organizações governamentais criadas pelo Estado. De outro lado, outra corrente do movimento - por meio de grupos de estudos e de produção acadêmica - considerou a importância da politização do privado, destacando questões relativas à sexualidade, à saúde feminina e à maternidade, revelando a importância das experiências subjetivas. Esses questionamentos

⁷ Idem. Para uma análise mais detalhada desta imprensa feminista ver: MORAES, Maria Lygia Quartim. **A Experiência Feminista nos Anos 70**. Araraquara, UNESP, 1990.

estavam freqüentemente associados à corrente do feminismo diferencialista que buscava a afirmação das diferenças e da identidade feminina.⁸

Nesse período, os movimentos de mulheres passaram a debater questões como: feminismo ou feminino? Igualdade ou diferença? Luta geral ou luta específica? Institucionalização ou autonomia? Ou seja, questões que se tornaram fundamentais pela maneira como estes movimentos se viabilizariam diante das instituições sociais e da sociedade de maneira mais ampla.⁹

Nos anos 80 o movimento feminista no Brasil consolidou-se na atuação política dos movimentos sociais por meio das associações governamentais, das entidades civis, partidos, sindicatos e ONGs, proporcionando a institucionalização e a especialização desse movimento. Nesta década foi criado em 1983 o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher bem como a Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher. A criação desses Conselhos, particularmente o de São Paulo foi largamente e publicamente discutida, mostrando as divisões do movimento e as discussões em torno da autonomia, propostas e a institucionalização do movimento.

Assim, no decorrer da década de 80 o movimento feminista - mesmo diante das polêmicas sobre a institucionalização do movimento ou sua autonomia - articulou diversos conselhos, coordenadorias estaduais e municipais e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985, através do projeto de lei nº 7.353, aprovado pela Câmara Federal. Diante de sua atuação em âmbito federal o CNDM atuou em políticas como os programas de saúde, de Direitos Reprodutivos e de combate à violência contra a mulher. Porém, sua desestruturação em 1989 levantou questões como a difícil relação entre o movimento feminista e o Estado.¹⁰

⁸ SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida**. Feminismo e Ciências Sociais. SP, Editora Unesp, 2003.

⁹ SHUMAHAR, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álbi ou conquista? **Revista Estudos Feministas**. CIEC/ECO/UFRJ, vol. 01, n° 02, 1993

¹⁰ Idem. Sobre o CNDM atualmente: em 27/08/2003, através da solenidade que marcou o programa de Combate à Violência contra a Mulher, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foi instalado o novo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (colegiado 2003-2005) tendo sido suas integrantes empossadas pelo presidente da República. Ver CFEMEA. www.cfemea.org.br

A partir da década de 90 o movimento feminista deparou-se com novas formas de institucionalização com o fortalecimento das ONGs feministas, levantando novamente questões que permanecem atuais, ou seja, as questões da legitimidade, representação, pluralidade e fragmentação dos movimentos sociais. "Se por um lado amplia a geração de conhecimento e a inserção do feminismo, constitui um desafio para manter laços e estratégias comuns ao amplo movimento das mulheres".¹¹

Os anos 90 se caracterizaram pela participação ativa das feministas brasileiras nos fóruns políticos internacionais a partir do Ciclo de Conferências Mundiais das Nações Unidas que se iniciou em 1992 com a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Eco-92). Nesses anos também se destacou a introdução de novos temas nos debates feministas como: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos e partidos políticos.¹²

A julgar pelas últimas pesquisas sobre as condições de vida e de participação das mulheres na sociedade brasileira, o movimento feminista, em suas diversas variações e organizações, tem um longo caminho a percorrer na busca de uma ordem de gênero mais igualitária. As últimas pesquisas do IBGE nos mostram por ex: como as mulheres pobres chefes de família empobreceram mais. A maior escolarização das mulheres não alterou na mesma proporção as diferenças salariais entre os sexos.¹³

Dessa forma, as diversas organizações feministas se deparam atualmente com questões urgentes que perpetuam as condições de inferioridade das mulheres como: a questão da precarização do trabalho, a exclusão social e a desvalorização do trabalho produtivo não-remunerado, aguçados pelas mudanças econômicas e sociais das últimas décadas.

¹¹ SOARES, Vera, *Muitas faces do feminismo*, op.cit. p.46.

¹² Idem, p.47. Ver também ARAÚJO, Clara. *Ações afirmativas como estratégias políticas feministas*. BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. SP, Fundação Carlos Chagas/ Editora 34, 2002.

¹³ A esse respeito ver Censo do IBGE de 2000 e SOARES, Vera. "O feminismo e o machismo...op cit.

Portanto, poderíamos então indagar novamente: qual o sentido atual do movimento das mulheres e das diversas práticas feministas?

Se partirmos de uma perspectiva histórica, podemos citar J. Scott quando esta analisou as vertentes advindas do projeto iluminista. Segundo a autora:

“O feminismo não é produto das operações benignas e progressistas do individualismo liberal, mas um sintoma de suas contradições. Reformas, como o direito ao voto para as mulheres, podem ter transferido para outros domínios as contradições. Estas, porém, não desapareceram, e é por isso que o feminismo ainda existe.

O feminismo tem sido, historicamente, um exemplo de complexidade, porque é complexa a sua práxis crítica. Esta, na verdade, faz com que a história do feminismo se torne até mesmo parte integrante do próprio projeto que elabora, isto é , a história do feminismo é, em si, uma história feminista.”¹⁴.

¹⁴ SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**. Forianópolis, Editora das Mulheres, 2002, p.48.